



MINISTÉRIO DA DEFESA
Gabinete do Ministro
Assessoria Especial de Integridade e Segurança da Informação

RELATÓRIO Nº 1/AESPI/GM

ASSUNTO: Relatório Semestral de monitoramento das ações previstas no Plano de Integridade do Ministério da Defesa (PLAINT/MD 2025–2027) - Segundo semestre/2025.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este relatório apresenta o monitoramento do Plano de Integridade do Ministério da Defesa (PLAINT/MD), instrumento que operacionaliza o Programa de Integridade da Pasta (Defesa Íntegra), nos termos da Resolução CG-MD nº 4/2024 e das diretrizes do Decreto nº 9.203, de 2017. O PLAINT/MD estrutura medidas de prevenção, detecção, responsabilização e remediação e adota como referência o Modelo de Maturidade em Integridade Pública (MMIP) da Controladoria-Geral da União (CGU).

O monitoramento foi realizado por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), sob o NUP 60012.000038/2026-12, com base no quadro consolidado encaminhado pelas unidades, as quais registraram as respectivas evidências de execução conforme o caso (Anexo - Status de ações 8720888).

2. SÍNTESE EXECUTIVA DOS RESULTADOS

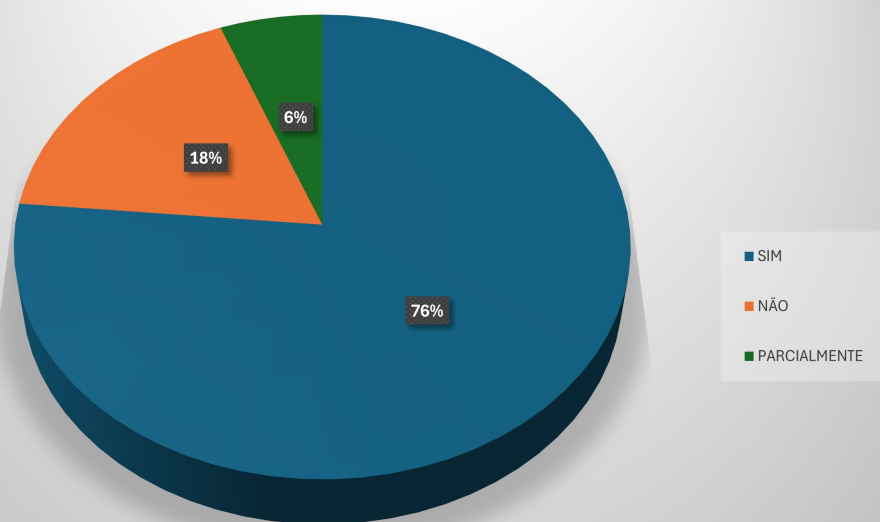
De forma geral, observa-se avanço consistente na execução do Plano. A maior parte das ações previstas foi executada, com parcela relevante em execução continuada (caráter permanente/contínuo) e um conjunto reduzido de iniciativas em fase de estruturação, programadas para consolidação ao longo de 2026.

76% das ações concluídas:

17% não executadas; e

6% parcialmente concluídas.

AÇÕES DO PLAINT PARA 2025



ÓRGÃO/SETOR	AÇÃO	REALIZADO?
OUVIDORIA	Capacitação contínua da equipe da Ouvidoria nas temáticas “recebimento e tratamento de denúncias” e “proteção à pessoa denunciante”	SIM
	Divulgação para todos os agentes públicos, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, de informações sobre os procedimentos de recebimento e tratamento de denúncias.	SIM
	Realização de campanhas internas e externas de sensibilização e conscientização sobre o papel da Ouvidoria, ressaltando sua importância como instância de participação e controle social	SIM
COORDENAÇÃO DE TRANSPARÊNCIA	Aprovação e divulgação da 5ª edição do Plano de Dados Abertos do Ministério da Defesa — 2025/2027.	SIM
	Realização de comunicações internas e e-mails marketing sobre a importância da atualização dos itens de transparência ativa, com foco na agenda pública, contatos e currículo das autoridades (e-Agendas e Quem é Quem)	SIM
	Realização de campanhas internas de sensibilização quanto ao atendimento adequado dos pedidos de acesso à informação.	SIM
COMISSÃO DE ÉTICA	Divulgação dos periódicos Minuto da Ética por meio de mensagem eletrônica enviada pela Assessoria Especial de Comunicação (voltado para público interno)	SIM
	Elaboração dos Códigos de Ética e Conduta do Ministério da Defesa — conforme previsão no Plano Estratégico Organizacional do Ministério da Defesa — PEO MD 2024–2027.	NÃO
	Seleção e divulgação de cursos para a promoção de capacitações de integrantes do Ministério (servidores, militares, estagiários e terceirizados).	NÃO
	Capacitação contínua dos membros da Comissão de Ética Setorial do Ministério da Defesa para desenvolvimento de competências técnicas e do aprimoramento dos saberes necessários às atividades de Gestão da Ética.	SIM
	Inclusão de capacitações indicadas pela Comissão de Ética Setorial no Plano de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas dos cursos básicos e complementares a serem realizados por todo o público interno	NÃO
	Realização de visitas da Comissão de Ética Setorial do Ministério da Defesa às unidades da administração central do Ministério da Defesa para apresentação dos membros e aproximação junto ao público interno	SIM

	Promoção de eventos educativos (palestras, oficinas e rodas de conversa) voltados para os terceirizados e estagiários com foco na ética, na prevenção ao assédio moral, ao assédio sexual e à discriminação e na promoção da inclusão	NÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS	Realização de campanha para informar aos servidores, colaboradores e dirigentes sobre a vedação do nepotismo	SIM
	Realização de campanha para informar aos servidores, colaboradores e dirigentes sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego	SIM
CORREGEDORIA	Elaboração de Normas de Procedimentos Correcionais do Ministério da Defesa	PARCIALMENTE CONCLUÍDA
COORDENAÇÃO-GERAL DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PRIVACIDADE	Realização de campanhas institucionais informativas acerca das condutas e responsabilidades que envolvem o tema “segurança da informação”	SIM
	Atualização da “Política de Segurança da Informação do Ministério da Defesa (POSIN)”	SIM
	Orientação e monitoramento da implementação da “Política de Riscos da Segurança da Informação e Privacidade” do Ministério da Defesa.*	NÃO
	Atualização e reforço dos termos da Portaria GM-MD nº 3.093, de 10 de julho de 2025, que trata da obrigatoriedade do Curso sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ofertado na plataforma Ensino a Distância — EAD do Ministério da Defesa	SIM
	Realização de campanhas institucionais informativas acerca das condutas e responsabilidades que envolvem o tema “privacidade e tratamento dos dados pessoais	SIM
	Implementação do “Inventário Digital de Dados Pessoais” nos setores que detêm o maior fluxo de tratamento de dados pessoais do Ministério da Defesa	SIM
	Elaboração e acompanhamento do “Relatório de Impacto” nos setores que detêm o maior fluxo de tratamento de dados pessoais no âmbito do Ministério da Defesa	NÃO
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO	Prestação de serviços de Avaliação e de Consultoria para adicionar valor e melhorar as operações do Ministério da Defesa no alcance de seus objetivos, mediante a abordagem sistemática e disciplinada de verificar a eficácia dos processos de governança, de gestão de riscos e de controles internos	SIM
	Acompanhamento das demandas dos órgãos de controle interno (Controladoria-Geral da União) e externo (Tribunal de Contas da União), bem como por outras instituições como Ministério Público Federal, órgãos do Judiciário e Polícia Federal	SIM
	Alinhamento dos processos de trabalho às normas nacionais e internacionais — Nível 2 (INFRAESTRUTURA; 10 processos de trabalho) do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna — IA-CM	SIM
COORDENAÇÃO-GERAL DE INTEGRIDADE	Aperfeiçoamento e mudança de layout do Portal da Integridade do Ministério da Defesa	SIM
	Realização de monitoramento das ações contidas no 2º Plano de Integridade	SIM
	Realização do 2º e 3º Seminários de Integridade	SIM
	Realização de capacitação e sensibilização sobre assédio moral, assédio sexual e discriminação no Ministério da Defesa	SIM
	Realização de palestra sobre assédio e discriminação em parceria com a Comissão de Ética Setorial	SIM
	Monitoramento do Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação	SIM
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE RISCOS	Implementação da Diretriz de Implantação da Política de Gestão de Riscos do Ministério da Defesa — PGR-MD	PARCIALMENTE CONCLUÍDA
	Realização de workshop de gestão de riscos estratégicos no âmbito da administração central do Ministério da Defesa	SIM

As ações classificadas como “parcialmente concluídas” correspondem a iniciativas iniciadas em 2025, enquanto aquelas marcadas como “não executadas” têm início previsto para 2026, conforme justificativas apresentadas pelas unidades. Ressalta-se que ambas se referem a ações que serão desenvolvidas ao longo de 2026, o que é compatível com sua natureza continuada e transversal.

3. ANÁLISE GERAL DE MATURIDADE EM INTEGRIDADE

O conjunto das entregas evidencia aderência aos mecanismos de prevenção (campanhas, capacitações e normativos), detecção (canais e monitoramentos), correção (fluxos correcionais) e monitoramento (acompanhamento sistemático das ações). Observa-se ainda a institucionalização de rotinas de comunicação e de atualização normativa em temas como segurança da informação e proteção de dados pessoais.

4. CONCLUSÃO

Conclui-se que a execução do PLAIN/MD no 2º semestre de 2025 foi satisfatória, com boa aderência ao cronograma inicial, uma vez que houve predominância de ações concluídas e evidências sólidas de melhorias institucionais. A AESPI continuará realizando monitoramento periódico, garantindo a evolução contínua do Programa de Integridade do Ministério da Defesa e o cumprimento das metas previstas para o ciclo 2025–2027.

Ressalta-se que parte das ações previstas para conclusão no segundo semestre de 2025 teve sua execução prejudicada, uma vez que o Plano de Integridade do Ministério da Defesa (PLAIN/MD 2025–2027) foi publicado apenas em 22 de setembro de 2025, conforme Portaria nº 4.109, de 15 de setembro de 2025. Dessa forma, o período efetivo para implementação das ações inicialmente planejadas para aquele semestre foi reduzido, impactando diretamente o início de algumas entregas previstas para 2025.

Brasília, na data de assinatura.

ELABORADO POR:

THAMYRES PEREIRA QUINTÃO
Coordenadora-Geral de Integridade

AVALIADO E APROVADO POR:

TIAGO FELIPE AZEVEDO ISIDRO
Chefe da Assessoria Especial de Integridade e Segurança da Informação



Documento assinado eletronicamente por **Thamyres Pereira Quintão, Coordenador(a)-Geral**, em 06/03/2026, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Felipe Azevedo Isidro, Chefe da Assessoria Especial**, em 09/03/2026, às 10:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **8717285** e o código CRC **8880B727**.
